

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.594.825 - PR (2016/0020090-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : **NILTON DARLI FRANCO JUNIOR**  
**ADVOGADOS** : **JOSÉ CID CAMPELO FILHO E OUTRO(S) - PR007533**  
: **THIAGO DE CARVALHO RIBEIRO - PR058095**  
**RECORRIDO** : **SB CARTAS CONTEMPLADAS LTDA - ME**  
**ADVOGADO** : **ANA AMÉLIA MACEDO ROMANINI E OUTRO(S) - PR044423**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por NILTON DARLI FRANCO JUNIOR, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

*"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. AQUISIÇÃO DE COTAS CONTEMPLADAS DE CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO. NEGOCIAÇÃO NÃO CONCRETIZADA. PRETENSÃO DE REPARAÇÃO POR LUCROS CESSANTES. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. DANO HIPOTÉTICO. PEDIDO IMPROCEDENTE. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS E JURÍDICOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. " (e-STJ,fl.381)*

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 402 do CC, sustentando, em síntese, que pagou ao recorrido R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) sob a promessa de receber em troca de três cartas contempladas de consórcio de imóveis, cada uma no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), assumindo posteriormente os pagamentos restantes dos consórcios. Contudo, a recorrente não cumpriu com o contrato.

Afirma que pretendia realizar a compra de um imóvel e que o agir da Recorrida acabou por ocasionar danos ao Recorrente, consubstanciado na frustração da expectativa de lucro no negócio. Aduz que seu prejuízo é evidente, eis que na qualidade de investidor, abriu mão de um significativo valor, sem ter qualquer retorno, devendo ser indenizado por lucros cessantes.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 410)

É o relatório. Passo a decidir.

O Tribunal de origem, no que pertine à alegação do recorrente de que faria

jus a indenização por lucros cessantes em razão de não lhe terem sido entregues, pelo recorrido, as três cartas de consorcio contempladas através das quais pretendia adquirir um imóvel, expressamente consignou o seguinte:

*"Conforme estipula o artigo 402 do CC, "as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar", sendo que "as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito dela direto e imediato" (artigo 403 do CC).*

*Desse modo, uma das consequências da inexecução da obrigação é o dever de ressarcir a parte contrária pelas perdas e danos advindos desse inadimplemento, as quais englobam os danos emergentes (aquilo que o credor efetivamente perdeu) e os lucros cessantes (aquilo que o credor deixou razoavelmente de lucrar).*

*Com relação aos lucros cessantes, é imprescindível a demonstração pelo credor da existência de dano certo e subsistente, advindo de uma probabilidade objetiva, não se admitindo, portanto, mera descrição hipotética de dano.*

*Segundo consta dos autos, o apelante pagou à apelada o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a aquisição de 03 (três) cotas contempladas de consórcio de imóvel, cada uma no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que totalizariam, desse modo, crédito total de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).*

*O apelante afirmou que viu no negócio uma "oportunidade de investimento existente no mercado" (fl. 04), que o seduziu pelo preço e vantagens anunciadas pela apelada. E, segundo consta da petição inicial, adquiriu as cartas de crédito "para a compra de um imóvel, a fim de aumentar seu patrimônio" (fl. 04).*

*Todavia, depois de efetuar o apelada, constatou que as cartas de crédito estavam vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fato que não lhe informado anteriormente e que o impossibilitou de utilizar os valores, motivo que o levou a ajuizar a presente ação. Este fato é incontroverso, o que conduz à responsabilidade da ré pela inexecução do ajuste, até porque sequer se insurgiu contra a sentença.*

*Sem embargo, não há como aferir, com certeza, a existência de lucro cessante por conta da ausência de concretização do negócio. É que esta alegação está baseada apenas na intenção da aquisição de um imóvel, fato que não evidencia, por si só, a obtenção de lucro.*

*Poderia o apelante ter indicado o imóvel que desejava comprar e demonstrar, por exemplo, eventual valorização por força do mercado ou de algum fato específico. Não alegou, por outro lado, que pretendia alugar bem. Afirmou tão somente que pretendia aumentar o seu patrimônio.*

***A mera afirmação, porém, de que desejava adquirir um imóvel não gera qualquer presunção de lucro. Como bem afirmado na sentença, trata-se de mera hipótese, o que não gera direito à indenização.***

*ão se ignora a possibilidade de indenização pela perda de uma chance. Porém, nesses casos, é indispensável que "a chance perdida deve representar muito mais do uma simples esperança subjetiva" (Rafael Peteffi da Silva. Responsabilidade Civil pela Perda de uma Chance. Ed. Atlas: 2007. p. 134).*

*Resumindo, mera alegação de frustração pela perda de um negócio não gera indenização por lucros cessantes." (e-STJ fl. 383/386)*

Como visto, a Corte de origem concluiu que a alegação de prejuízo sustentada pelo recorrente está baseada apenas na intenção da aquisição de um imóvel, fato que não evidencia, por si só, a obtenção de lucro, de modo que não há que se falar em indenização por lucros cessantes.

O entendimento acima encontra-se de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior:

***RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA. CONDENAÇÃO EM LUCROS CESSANTES. LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. FIXAÇÃO DO VALOR DEVIDO PELA PERDA DA CHANCE. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. PESSOA JURÍDICA QUE NUNCA EXERCEU ATIVIDADE EMPRESARIAL. LAUDO PERICIAL BASEADO EM DANO HIPOTÉTICO. LUCROS CESSANTES NÃO COMPROVADOS. JULGAMENTO: CPC/15.***

*1. Ação de rescisão contratual c/c indenização por danos materiais, em fase de liquidação de sentença por arbitramento, de que foram extraídos estes recursos especiais, interpostos em 12/03/2018 e 13/03/2018 e distribuídos ao gabinete em 04/07/2018.*

*2. O propósito dos recursos especiais consiste em decidir sobre: (i) a negativa de prestação jurisdicional; (ii) a violação da coisa julgada, na liquidação de sentença por arbitramento, em virtude da aplicação da teoria da perda de uma chance para calcular os lucros cessantes; (iii) a comprovação dos lucros cessantes.*

*3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, estando suficientemente fundamentado o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não se vislumbra a alegada violação do art. 1.022, I e II, do CPC/15.*

*4. De acordo com o CC/02, os lucros cessantes representam aquilo*

*que o credor razoavelmente deixou de lucrar, por efeito direto e imediato da inexecução da obrigação pelo devedor.*

*5. A perda de uma chance não tem previsão expressa no nosso ordenamento jurídico, tratando-se de instituto originário do direito francês, recepcionado pela doutrina e jurisprudência brasileiras, e que traz em si a ideia de que o ato ilícito que tolhe de alguém a oportunidade de obter uma situação futura melhor gera o dever de indenizar.*

*6. Nos lucros cessantes há certeza da vantagem perdida, enquanto na perda de uma chance há certeza da probabilidade perdida de se auferir uma vantagem. Trata-se, portanto, de dois institutos jurídicos distintos.*

*7. Assim feita a distinção entre os lucros cessantes e a perda de uma chance, a conclusão que se extrai, do confronto entre o título executivo judicial - que condenou a ré à indenização por lucros cessantes - e o acórdão recorrido - que calculou o valor da indenização com base na teoria perda de uma chance - é a da configuração de ofensa à coisa julgada.*

***8. Especificamente quanto à hipótese dos autos, o entendimento desta Corte é no sentido de não admitir a indenização por lucros cessantes sem comprovação e, por conseguinte, rejeitar os lucros hipotéticos, remotos ou presumidos, incluídos nessa categoria aqueles que supostamente seriam gerados pela rentabilidade de atividade empresarial que sequer foi iniciada.***

*9. Recurso especial de OPTICAL SUNGLASSES LTDA conhecido e desprovido. Recurso especial de VERPARINVEST S/A conhecido e provido.*

*(REsp 1750233/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 08/02/2019) (grifei)*

**RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DESOCUPAÇÃO. POSSUIDORES DE BOA-FÉ. PERDA DE LAVOURAS E ÁREAS DE SÍTIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. DEFEITO INEXISTENTE. CONEXÃO. SÚMULA Nº 235/STJ. JULGAMENTO SINGULAR. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. LEGITIMIDADE PASSIVA. SUCESSÃO CARACTERIZADA. PETIÇÃO INICIAL. ADITAMENTO. POSSIBILIDADE. DANO. COMPROVAÇÃO. BENFEITORIAS INDENIZÁVEIS. EXISTÊNCIA. FATO INCONTROVERSO. TRANSAÇÃO. NULIDADE. LUCROS CESSANTES. POSTULADO DA RAZOABILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. NECESSIDADE.**

*1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na*

*vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).*

*2. Ação de indenização ajuizada por antigos posseiros objetivando a reparação dos danos que alegam ter sofrido em decorrência da desocupação de uma área de terra na qual residiam, de propriedade da demandada.*

*3. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.*

*4. Irregularidade de representação processual afastada sob o fundamento de que houve a nomeação de advogado ad hoc para defesa dos interesses dos autores.*

*5. A conexão não determina a reunião dos processos se um deles já foi julgado, nos exatos termos da Súmula nº 235/STJ.*

*6. Não fere o princípio da colegialidade a decisão monocrática proferida com fundamento no art. 557 do CPC/1973, sobretudo na hipótese dos autos, em que foi facultada, mediante prévia deliberação do órgão julgador, a realização de sustentação oral pelo advogado da ora recorrente.*

*7. Legitimidade passiva reconhecida pelas instâncias ordinárias com fundamento na existência de verdadeira sucessão entre empresas do mesmo grupo econômico, que se apresentou em juízo na condição de sucessora da sociedade inicialmente demandada e participou de todos os atos do processo sem fazer nenhum questionamento a esse respeito.*

*8. Admite-se o aditamento da petição inicial antes da citação ou de qualquer outro ato que possa configurar o comparecimento espontâneo do réu, a que alude o § 1º do art. 214 do CPC/1973.*

*9. Não supre a falta de citação a simples assinatura lançada em um suposto acordo entabulado entre as partes, por um advogado que dizia representar os interesses da ré, mas que até então não havia apresentado o respectivo instrumento de procuração, menos ainda com poderes específicos para receber citação.*

*10. Se o dever de indenizar resulta da posse exercida de boa-fé, nos termos do art. 516 do Código Civil de 1916, resume-se a prova do dano à demonstração da existência de benfeitoriais indenizáveis erigidas no imóvel objeto de desocupação.*

*11. Hipótese em que não houve a inversão do ônus probatório, mas a formação da convicção pessoal do julgador a partir da prova efetivamente produzida (documental e testemunhal) e não contestada pela parte ré, na linha do que preceitua o art. 334, III, do CPC/1973.*

*12. De acordo com os brocardos da mihi factum dabo tibi ius*

*(dá-me os fatos que te darei o direito) e iura novit curia (o juiz é quem conhece o direito), o acolhimento da alegação de nulidade da transação não está vinculado à motivação jurídica apresentada pela parte na petição inicial.*

**13. A configuração dos lucros cessantes exige mais do que a simples possibilidade de realização do lucro, requer probabilidade objetiva e circunstâncias concretas de que estes teriam se verificado sem a interferência do evento danoso, não podendo subsistir a condenação ao pagamento de lucros cessantes baseada em meras conjecturas e sem fundamentação concreta.**

*14. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, parcialmente provido.*

*(REsp 1658754/PE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 23/08/2018) (grifei)*

Ademais, a alteração do contexto fático-probatório mencionado pela Corte de origem encontra óbice na a Súmula 7 deste Pretório. Neste sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL OU DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL POR DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. ART. 932, IV E V, DO CPC/2015. EVENTUAL VÍCIO NA DELIBERAÇÃO UNIPESSOAL É SANADO, MEDIANTE A APRECIACÃO DA CONTROVÉRSIA PELO ÓRGÃO COLEGIADO, NO ÂMBITO DO AGRAVO INTERNO. 2. MONTANTE INDENIZATÓRIO DE DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE IRRISORIEDADE.**

**PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO. APONTADA CONTRARIEDADE AOS ARTS. 927, 949 E 950 DO CC. CONTEÚDO NORMATIVO DOS REFERIDOS DISPOSITIVOS LEGAIS QUE NÃO SE MOSTRAM SUFICIENTES A AMPARAR A TESE SUSCITADA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. 3. LUCROS CESSANTES. NÃO COMPROVAÇÃO NOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.**

*1. A jurisprudência desta Casa dispõe no sentido de ser permitido ao relator decidir monocraticamente o recurso, quando amparado em jurisprudência dominante ou Súmula de Tribunal Superior, consoante exegese do art. 932, IV e V, do CPC/2015. Eventual mácula na deliberação unipessoal fica superada, em razão da apreciação da matéria pelo órgão colegiado na seara do agravo*

*interno.*

*2. O entendimento deste Tribunal é assente no sentido de que, não sendo os conteúdos normativos dos dispositivos de lei federal arrolados (arts. 927, 949 e 950 do Código Civil de 2002) aptos a fundamentar a tese deduzida nas razões do recurso especial - acerca da apontada irrisoriedade do quantum de danos morais fixados nas instâncias ordinárias -, evidencia-se a deficiência na fundamentação, a atrair a incidência da Súmula 284/STF.*

*3. A modificação da conclusão delineada no acórdão recorrido - a respeito da não comprovação dos lucros cessantes - demandaria necessariamente o revolvimento dos fatos e das provas dos autos, atraindo, assim, o óbice disposto na Súmula 7 do STJ.*

*4. Agravo interno desprovido.*

*(AgInt no AREsp 1362055/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2019, DJe 19/09/2019)*

**AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANO MATERIAL. LUCROS CESSANTES. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PREJUÍZO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. LUCROS CESSANTES. RECURSO NÃO PROVIDO.**

*1. A jurisprudência desta egrégia Corte se orienta no sentido de considerar que, em se tratando de danos emergentes (dano positivo) e lucros cessantes (dano negativo), ambos "exigem efetiva comprovação, não se admitindo indenização em caráter hipotético, ou presumido, dissociada da realidade efetivamente provada" (REsp 1.347.136/DF, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/12/2013, DJe de 7/3/2014). Precedentes.*

*2. No caso, o eg. Tribunal de origem concluiu que os danos materiais não foram comprovados e que os documentos apresentados não são hábeis a comprovar o dano experimentado. Nesse contexto, afigura-se inviável a esta Corte alterar o contexto fático delineado pelas instâncias ordinárias, tendo em vista a necessidade de reexame do suporte fático-probatório dos autos, a atrair a incidência do óbice da Súmula 7/STJ.*

*3. Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(AgRg no AREsp 645.243/DF, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2015, DJe 05/10/2015)*

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator